

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
1. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SISTEMA CONSTITUCIONAL	17
1.1. Aspectos terminológicos e conceituais	21
1.1.1. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais	23
1.1.2. Origem histórica e evolução — as dimensões dos direitos fundamentais	24
1.1.3. Conceito e fundamentalidade formal e material na Constituição Federal de 1988	31
1.1.4. Classificação dos direitos fundamentais	36
1.1.5. A correlação entre os princípios fundamentais e os direitos fundamentais	39
1.1.5.1. O princípio da dignidade da pessoa humana	39
2. OS DIREITOS SOCIAIS E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS	45
2.1. Os direitos fundamentais na Constituição federal e o problema da fundamentalidade dos direitos sociais e dos trabalhadores	47
2.2. A eficácia e efetividade dos direitos fundamentais dos trabalhadores na Constituição Federal de 1988	52
3. OS EFEITOS DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO NA ANÁLISE DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES	69
3.1. A proteção dos direitos fundamentais frente ao poder constituinte reformador	69
3.2. As cláusulas pétreas e os direitos fundamentais sociais	72
3.3. A dimensão das cláusulas pétreas frente ao poder constituinte reformador	74
3.4. Proibição de retrocesso	75
3.5. Os direitos sociais e a proibição de retrocesso	78
3.6. Configuração da proibição de retrocesso. Princípios e fundamentos	82
3.7. Retrocesso social: exame do direito fundamental ao salário-família a partir da Emenda Constitucional n. 20/98	85
4. ESTUDO DE CASOS: A EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E O PROBLEMA DA OMISSÃO DO LEGISLADOR	92
4.1. Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço	92

4.2. Direito de greve dos servidores públicos	104
4.2.1. Terminologia. Origem histórica da greve	104
4.2.2. Conceituação. Natureza jurídica da greve	106
4.2.3. Sindicalização e negociação coletiva dos servidores públicos	107
4.2.4. Direito de greve do servidor público	109
5. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO DE TRABALHO: INTERPRETAÇÃO DA NORMA CONSTANTE NO ART. 7º, INCISO XXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	118
5.1. Origens do direito do trabalho	118
5.2. Breve histórico das convenções e dos acordos coletivos	121
5.3. A extensão e os limites das normas coletivas	123
5.4. Análise da norma contida no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal	128
6. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA: ANÁLISE DA PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL PROVENIENTE DE EXECUÇÃO TRABALHISTA	134
6.1. A prisão civil no sistema jurídico brasileiro: breve histórico	134
6.2. A prisão civil e a Constituição Federal de 1988	135
6.3. O Pacto de São José da Costa Rica e a prisão civil	135
6.4. Os valores e objetivos estabelecidos no Pacto de São José da Costa Rica	136
6.5. Qual é a prisão civil vedada no Pacto de São José da Costa Rica?	139
6.6. O depositário infiel: espécies de depósito, natureza, funções	140
6.7. A prisão na hipótese de alienação fiduciária: jurisprudência do STF	142
6.8. A previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel	143
6.9. A posição hierárquica do Pacto de São José da Costa Rica no ordenamento jurídico brasileiro	144
6.10. A natureza jurídica do crédito trabalhista: o devedor de alimentos	146
6.11. O direito fundamental estabelecido no inciso LXVII, do art. 5º da CF	147
6.12. Análise da prisão civil do depositário infiel sob a ótica do princípio da prestação jurisdicional efetiva	149
CONCLUSÃO	151
REFERÊNCIAS	155